

Para governo, moratória ainda existe

Bresser afirma que o acordo é uma vitória do País e tentará firmar outro com o FMI, mas desvinculado, como forma de garantir o fluxo de empréstimos de duas fontes diferentes

O acordo provisório entre o Brasil e o comitê de bancos credores, que prevê o pagamento simbólico de juros, foi qualificado pelo ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, como muito importante e como uma vitória para o País. Salientou, no entanto, que isso não representa o fim da moratória. Segundo ele, a continuação do pagamento dos juros aos bancos credores só ocorrerá depois de um acordo final sobre a dívida brasileira. Em Brasília, o próprio presidente José Sarney afirmou que a moratória não está suspensa. Disse que a suspensão só vai acontecer em 1988, após o acordo definitivo.

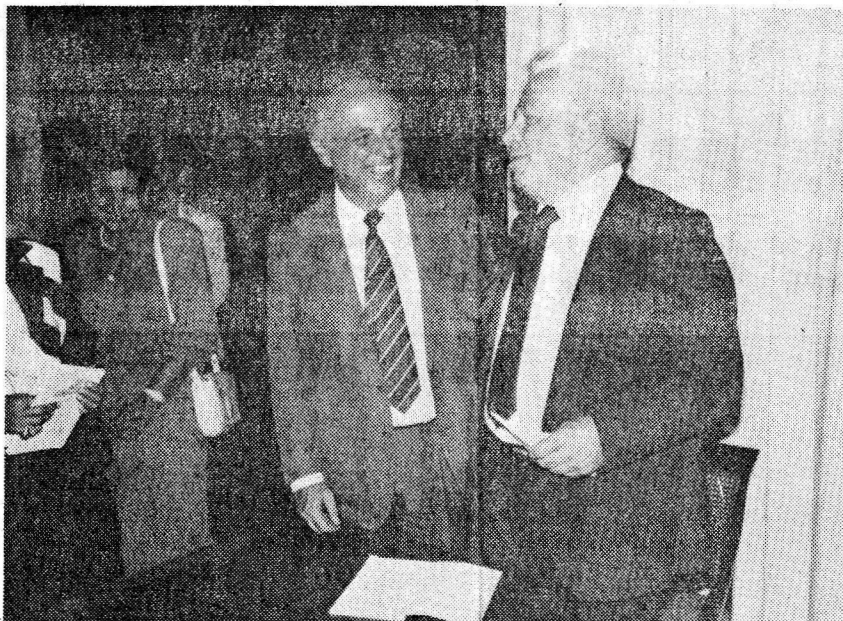
O ministro Bresser Pereira fez questão de explicar que o acordo permitirá o pagamento dos juros de outubro a dezembro — US\$ 500 milhões —, tendo como contrapartida um desembolso, por parte dos bancos, no valor de US\$ 1 bilhão. Salientou que não se trata de uma suspensão da moratória brasileira, pois para isso a posição do governo é a de que se chegue a um acordo conclusivo sobre a questão da dívida.

Além disso, afirmou Bresser, há uma segunda condição pretendida pelo País: é preciso encontrar uma

forma de financiamento para os juros de janeiro a junho do próximo ano, período necessário para que os bancos acertem todos os contratos e iniciem o desembolso referente à negociação da dívida. "Não há fim da moratória, mas há um caminho nessa direção", reconheceu.

Bresser comentou também a necessidade de o Brasil recorrer ao FMI, salientando que o País tem intenção de fazer um acordo com o organismo, mas desde que desvinculado do acordo com os bancos, de maneira que os fluxos de retorno sejam independentes. Segundo ele, o acordo com o FMI é importante, pois o Brasil poderia receber novos empréstimos no valor de US\$ 1 bilhão e, paralelamente, garantiria a entrada de outros US\$ 10 bilhões concedidos pelos bancos internacionais.

O ministro reconheceu existirem diferenças entre os telegramas encaminhados pelo governo brasileiro e pelo comitê de negociação aos bancos credores. No caso dos telegramas brasileiros, é explícita a negociação do acordo entre os bancos e a adoção de um programa junto ao Fundo Monetário, enquanto no telex enviado ao comitê esta passagem é omitida. "Isto foi acordado palavra por palavra com eles na base de que quem cala consente. Então eles já consen-



Edward Costa

Bresser, ao lado do pai, considera certo aval do PMDB

tiram", salientou o ministro, apontando essa desvinculação como o grande avanço nas negociações.

A partir deste entendimento com a comunidade financeira internacional, previu a retomada dos investimentos no País, afirmando ser compreensível o receio que os empresários vinham tendo até agora, pois o temor de um confronto entre o Brasil e seus credores inibia a aplicação de recursos na economia.

O ministro da Fazenda disse, ainda, ter certeza de que contará

com o aval do PMDB para a concretização do acordo com os bancos e afirmou vir mantendo constantes contatos com o presidente e as lideranças de seu partido. "Tenho conversado com Ulysses Guimarães, com os líderes do PMDB e com a comissão da dívida do Congresso e exposto sempre essa posição, de que o Brasil deve negociar e deve conquistar um avanço em relação aos acordos firmados até agora. A ida ao FMI, desvinculada de um acordo com os bancos, representa este avanço", afirmou.